

Memorias

Cap.^o 17

Portugal na Grande Guerra n.^o 1

- 1.^o A declaração do Governo português de 7 de Abril de 1914 e factos que se lhe seguiram
- 2.^o O ministro da Guerra e o Presidente do Ministério convidam - me para ir a France
- 3.^o O que dizem os documentos publicos de em 1920 acerca dos factos referidos
- 4.^o O movimento "Entrega das espadas"
- 5.^o O governo Demente de Castro, a sessão historica do palacio da Mitra em S. Antonio do Tojal, O "14 de Maio"
- 6.^o A Alemanha declara a guerra a Portugal

A guerra da Europa

8 de Agosto de 1914

A grande guerra, ha tanto tempo prevista, e um facto. Libtao em guerra 7 nações: Austria, Sèrvia, Rússia, Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra.

Em 28 de junho ultimos foram mortos em Sarajivo, por um serbio, o archiducque Fernando e sua mulher. Por esse motivo e com esse pretexto, a Austria enviou ^{a Sèrvia} em 23 julho uma nota-ultimatum, exigindo que esta em 48 horas desse execução a condições pesadissimas, algumas das quaes eram impossiveis de aceitar. A diplomacia europea procurava metter-se de permeio, aconselhando moderacão a Austria e a Sèrvia. Em 25 a Sèrvia respondia aceitando quasi tudo. A Austria, porém, não ~~considerava~~ satisfatória a resposta da Sèrvia, e declarava-lhe a guerra em 28.

A Rússia, que desde logo declarara não consentir no emagamento da Sèrvia, e aceitava todas as proposições conciliatorias, decretou a mobilizacão parcial em 29 e a geral em 31. A Alemanha que desde o principio estava collabando nos varios deveres conciliatorios propostos pela Inglaterra enviou um ultimatum a Rússia por que dentro de duas horas desmobilizasse. Nestes condições, a Austria, a França e a Alemanha decretaram a mobilizacão geral em 1 de Agosto (o 1.º di de mob. por a Alemanha foi fixad em 2). ⊕

Em 2 de Agosto, tropas allemãs entraram no Grã-Ducado de Luxemburgo, e a Inglaterra ge-

⊕ As tropas francesas receberam, porém, ordem para não se aproximarem a menos de 10 kilometros da fronteira allumã, porè tinham todo o caracter offensivo á sua mobilizaçãõ.

saubá a' France a prohibicão da costa e da marinha mercante francezes, pela esquadra inglesa, se a esquadra allemã entrar no mar do Manche ou atravessar o Mar do Norte com o fim de os atacar. A France offereceu 5 em pra de exercito a' Belgica.

Em 3 de agosto, a Alemanha pede a' Belgica a linha panagem pelo seu territorio, garantido-lhe a neutralidade mediante essas condições, e promettendo-lhe manter a independencia e integridade. Findas duas horas sem resposta coupura, a Alemanha tratava a Belgica como inimiga. A Belgica repelin esta proposta.

Em 4 de agosto, os Allemães entram na Belgica e continuam Liege a render-se. O embaixador inglês em Berlim pede os seus saportes pelo facto da violação da Belgica.

Qual a attitude de Portugal em face deste conflicto? Foi para a definiçã que hontem reuniu o Congresso. Eis o que se passou.

Na Camara dos Deputados

A sessão extraordinaria da Camara dos Deputados foi curta. Apenas uns trinta minutos levou o chefe do governo a expôr o que desejava do Parlamento, e os leaders dos partidos e mais dois deputados que com estes não tem relações politicas a dizerem que estavam de accordo com o Ministerio. Nem por isso, contudo, se deixou de fazer afirmações importantes, quer sob o ponto de vista de politica externa em que todos foram concordes em seguir a orientação inglesa, quer sob o ponto de vista patriótico.

A proposta que o governo apresentou e que lhe dá os mais amplos poderes, foi aprovada por unanimidade, no meio das mais intensas aclamações de entusiasmo a Portugal, á Inglaterra e á França.

* * *

O vasto hemicycle da Camara dos Deputados apresentava por volta das 15 horas, uma rumorejante agitação de que ele raras vezes tem sido testemunha. Quando se abrem as galerias, uma multidão irrompe por ali dentro e n'um abrir e fechar d'olhos, elas encham-se como por encanto, sendo inumeras as pessoas que não conseguem nem bilhetes para as reservadas nem lugar nas publicas.

A' segunda chamada respondem 72 deputados e, após um demorado compasso de espera, o governo entra na sala. São 15 e 33.

Faz-se um movimento de atenção e todos os deputados ocupam os seus lugares. Muitos que são officiais do exercito ou da armada, apresentam-se fardados. Deputados que ha muito estavam longe do Parlamento e que se dizia que a ele não queriam voltar, pelo menos na legislatura que findou, reocuparam ontem os seus *fauteuils*: entre estes conta-se o sr Simas Machado que foi presidente da camara.

Na grande mesa dos taquígrafos e na da presidência—e que o acaso quiz—ha dalias vermelhas, de petalas estreatas e esbracejantes.

A's portas da sala das sessões, que dão para os Passos Perdidos assomam cabeças da felizes que, não tendo conseguido obter lugar nas galerias, alcançaram d'onde lobrigarem alguma coisa, apesar da vigilancia dos continuos. De resto, não ha forças humanas que consigam opôr um dique á onda de pessoas que quer no atrio quer nas escadas se comprime.

—Tem a palavra o sr. Presidente do Ministerio!—exclama o sr. Azevedo Coutinho (democratico) que dirige os trabalhos.

O chefe do governo apresenta a proposta de lei

E' no meio d'um silencio profundo e inquieto, que o sr. Bernardino Machado lança as suas primeiras palavras. A sua voz trae uma certa emoção, começo de que toda a sala está possuida. Não se está all jogando uma cartada de que depende o futuro de Portugal!

O sr. Presidente do Ministerio lê:

Sr. Presidente:—Porante a actual situação externa, na previsão de qualquer eventualidade, que imponham ao governo uma acção immediata, julgámo-nos obrigados a solicitar do sr. presidente da Republica a convocação d'este Congresso extraordinario, para submetemos ao seu alto criterio patriótico o seguinte projecto de lei, para o qual pedimos a urgencia e dispensa do regimento para entrar de pronto em discussão:

Artigo 1.º—São conferidas ao poder executivo as facultades necessarias para, na actual conjuntura, garantir a ordem em todo o País e salvaguardar os interesses nacionaes, bem como para occorrer a quaesquer emergencias extraordinarias de caracter economico e financeiro.

§ unico.—O poder executivo dará conta ao Congresso, na sua primeira reunião, do uso que tiver feito d'estas facultades.

Artigo 2.º—Fica revogada a legislação em contrario.

Sr. presidente:—A nossa vida nacional é, pelas suas condições geograficas e tradicionais, intensamente internacionalista. D'ahi, a repercussão que todo o abalo lá da fóra produz sempre entre nós. Mas, felizmente, graças á prodigiosa laboriosidade da nossa gente e á proba administração republicana, que tem sabido valorisa-la, essa repercussão no dominio economico e financeiro não nos perturba, porque possuímos recursos proprios bastantes para nos

tranquilisarmos. E se em todas as horas graves da nossa historia foi o povo quem impreteritamente assegurou a honra e o prestigio da Patria, mais do que nunca devemos confiar n'ele, quando é ele mesmo que, sem embargo de ninguem, governa a Nação. (*Apoiados calorosos*).

Sr. presidente: Logo após a proclamação da Republica, todas as nações se apressaram a afirmar-nos a sua amizade, e uma d'ellas, a Inglaterra, a sua aliança. (*Novos apoiados*). Por nossa parte, temos feito incessantemente tudo, para corresponder a essa amizade, que deveras presamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraimos (*apoiados calorosos*), e a que em circumstancia alguma faltaríamos. (*Muitos apoiados*). Tal é a politica internacional de concordia e de dignidade, que este governo timbra em continuar, certo de que assim solidaria indissolavelmente os votos do venerando chefe do Estado, com o sentimento colectivo do Congresso e do povo português. (*Repetidos apoiados*).

O sr. Machado Santos (independente) grita entusiasmado: — Vamos para a guerra!

— Apoiado! — solta-se aqui e ali nas galerias. De pé, todos os deputados aprovam a urgencia e dispensa de regimento requerida pelo chefe do governo.

Fala o sr. Machado Santos

O sr. Machado Santos, a quem é concedida a palavra, reconhece que as actuais circumstancias internacionais são gravissimas, e que é preciso enunciar-las de frente.

Se antes do actual conflito europeu havia dentro do parlamento duas correntes, uma de apoio e outra de opposição, é porque o sr. presidente do ministerio nem a todos merecera confiança. Agora, porém, perante a situação internacional, entende que todos se devem reunir em volta do governo, e dando o seu voto á ditadura que o sr. presidente do ministerio vem pedir, desejaria saber se s. ex.ª está convencido de que pôde reunir para um esforço comum todas as forças nacionais.

O sr. Afonso Costa declara depôr a sua bandeira politica no altar da Patria

— Tem a palavra o sr. Afonso Costa. O chefe democratico levantou-se do seu *fauteuil* e começa: — Sr. presidente, ouvi com toda a atenção as palavras do sr. presidente do ministerio; elas correspondem á gravidade do actual momento e aos sentimentos patrioticos do povo português. Nós somos feliz-

mente aliados da grande Inglaterra, que se pôz ao lado do direito e do progresso depois de ter exgotado todos os meios para conseguir a paz. Ainda que o não fossemos, teríamos de tomar providencias que nos habilitassem a garantir a nossa autonomia e a nossa neutralidade. Mas somos aliados d'essa nobre nação, que detem a maior força moral de todos os países.

Queremos compartilhar dos seus reveses e das suas victorias (*Apoiados*) e essa aliança impõe-nos deveres. Vimos aqui pedir ao governo que habilite o povo português a cumprir os seus desejos patrioticos e aproveitar o ensejo excepcional que se lhe oferece para demonstrar a sua energia e a sua vitalidade!

Em nome da maioria d'esta casa do parlamento, em nome do partido republicano português, venho depôr a minha bandeira politica no altar sagrado da Patria! (*Ovação prolongada nas galerias e muitos apoiados na sala*) Estou certo de que o governo saberá assegurar ao paiz o prestigio de que ele careça, ao mesmo tempo que dará ás classes desprotegidas todas as garantias para que a indigencia as não flagele e que mantenha a paz em toda a familia portuguesa. (*Muitos apoiados*).

O partido evolucionista e o actual momento

O sr. dr. Antonio José d'Almeida, («leader» evolucionista», diz: Ouvei com atenção a mensagem que o chefe do governo leu á camara e a proposta de lei que ele apresentou.

O que nessa proposta se pede ao congresso é muito, e é grave. Não importa. O partido evolucionista pela sua parte dá quanto se lhe pede e mais daria ainda se mais lhe fosse solicitado. Se ele fizesse o contrario, não seria um partido nem de republicanos, nem de portugueses.

E' claro que o nosso voto é consciante e autonomo e não obediente e passivo.

Se num futuro proximo ou distante nos convenceremos que o governo exorbita das facultades que lhe vão ser concedidas, ou se mostra incapaz perante a gravidade das circumstancias, nós sem hesitar, o denunciaremos á nação como um intruso prejudicial e malefico. O meu coração de português, alegra-se porém, ao supôr que essa facto não se dará.

E porque vota o partido evolucionista, que é um partido de opposição, tamanhas e tão complexas attribuições ao governo que tem combatido? Por tres razões, qual delas a mais forte. Vota-as porque a conflagração travada que abala os alicerces da velha Europa, arrastará na sua asa de furação os destinos da nossa terra, e não é no instante decisivo que se hão-de autorisar medidas e soluções que de antemão carecem de ser preparadas.

Vota-as porque o poder executivo mostra estar integrado na unica politica que convém á honra e aos interesses da Patria Portuguesa, deliberando-se acompanhar a Inglaterra, a grande nação que detem o mais formidável espolio de civilização do passado e a França que no seu espirito sintetisa as aspirações do genio latino de que somos uma vivida e altiva parcela. Vota-as porque, se o governo é, nesta hora tragica, a garantia da nossa hon-

ra e dos nossos interesses, para termos o direito que não alienamos de lhe exigir mais tarde responsabilidade des que poderão cobri-lo de ignominia é indispensavel conferir-lhe facultades que o habilitem a vencer os obstaculos que o cercam.

E assim a situação do Partido Evolucionista é solida e coerente.

Somos opposição politica ao ministerio. Mas, nesta hora, não deve haver politica, e patrioticamente estamos ao lado dele para o amparar e dar-lhe força.

Nada ha que possa macular o proposito honrado do nosso partido. Se ele tem combatido a orientação partidaria do sr. Bernardino Machado, nunca ele o considerou mau português ou republicano susceptivel de traição, e é como português e como republicano que ele agora tem de representar a Patria Portuguesa.

O Partido Evolucionista continua onde sempre tem estado e o seu gesto de agora não é mais do que um aspecto da sua attitude patriotica de sempre.

Vamos, com probabilidade, correr a sorte de batalhas. Sem duvida que o nosso desejo era beneficiarmos de uma paz fecunda, em socego, continuando a laborar as nossas terras, serenamente fazendo progredir a nossa industria, em calma fomentando o desenvolvimento das nossas colonias.

Mas de importancia mediocre e fugaz é esta nossa vontade em face do desenrolar dos acontecimentos.

Vamos, pois, correr a sorte das armas. Não nos entristecemos com isso.

Se vencermos, teremos a nossa patria na gloria que ha de cabe aqueles a cujo lado combatermos. Se ficarmos derrotados e tivermos de passar o amargo transe dos vencidos, será em boa companhia, a companhia de velhos aliados e de irmãos espirituais de sempre, que havemos de sofrer as provações da derrota e do descalabro.

Seja. Não fomos nós que lançamos o cartel d'esse desafio de fogo que calcina os exercitos de seis povos em armas, e por mais travo que tenha para a nossa sensibilidade pacifista, a compreensão violenta do flagelo que assola o territorio da Europa, resignemo-nos em nosso desconsono porque é ao lado da Inglaterra e da França que o sangue lusitano vai verter-se.

A nossa missão historica facultanos o designio bem raro e bem nobre de conjuntamente praticarmos um dever

de lealdade e uma prova de amor filial. Dever de lealdade para com a Inglaterra, a velha companheira de gloria e de provações cujo vulto desde longos anos projecta conjuntamente o nosso, sobre o solo dos combates, a mesma sombra heroica. Prova de amor filial para com a França, que nos ensinou a amar a democracia e a liberdade, e nos deu, grande mãe carinhosa, a noção esplendida da vida moderna.

O nosso gesto de pegar em armas pelas duas nações amigas é o cumprimento de um dever que nos leva a defender o forte, nobre e glorioso pelto inglês com que nos temos encontrado sempre, e nos impele para, com o nosso corpo, embora golpeado, protegermos das baionetas brutais os seios gaulleses em cuja ponta chupámos e hav-

rimos a linfa do nosso resgate espiritual.

Seja. As minhas ideias são bem conhecidas. Em discursos nesta Camara, em artigos de jornais, que correm com a minha assinatura, tenho exposto as ideias do partido evolucionista, que são abertamente pela aliança inglesa. Mais do que isso, o meu partido fez desse facto um ponto basilár do seu programa, aprovado no seu primeiro congresso em agosto de 1913, inserendo nelle estas palavras memoraveis: «Afirma, emfim, que em materia de politica externa é necessario que a velha amizade com a Inglaterra se mantenha integra e proficua».

E se agora, depois da guerra estallar, não fiz pela imprensa afirmações ostensivas nesse sentido, foi porque, «leader» da opposição, quiz dar uma prova de solidariedade com o governo, só falando depois dele, que possui os segredos das chancelarias e tem as responsabilidades da situação, haver denunciado os seus propositos.

A mim, representante de um partido oposicionista, competia-me neste lance supremo, em que se joga a existencia da Patria, ser o primeiro a dar uma prova de disciplina, sem a qual não pôde haver defesa proficua.

E indo nós com estas duas grandes e admiraveis nações que até á ultima lutaram para evitar a guerra, nós ainda somos coerentes com os nossos intuitos e damos ao mundo o significado de que, embora batalhando, somos pela paz, embora, cavando mais a scisão entre os homens, somos pela fraternidade humana.

Escuso de dizer ao governo e a quem me está ouvindo, que o partido evolucionista está disposto a tudo sacrificar em defesa da Patria. Esta serve-se com factos e dedicacões e não se lisongeia com palavras banais e estereis.

O partido evolucionista cumprirá o seu dever. Não abate a sua bandeira, mas ergue-a ao lado das outras que igualmente se levantem para conduzir portugueses em defesa da integridade nacional, e para com estes dar o seu esforço pela Patria que é de todos e pela Republica que para todos foi feita.

A atitude da União Republicana

O sr. Brito Camacho (*leader* unionista) é breve:

Em meu nome e no dos meus amigos, dou o meu apoio, sem nenhuma restrição, á proposta do governo. Neste momento, não sou politico, sou português. Hoje como sempre, em iguais circunstancias, pode o governo contar com o apoio patriótico da União Republicana. (*Apoiados*).

O sr. Manuel José da Silva fala em nome dos socialistas

O sr. Manuel José da Silva (socialista) diz que fala para, como repre-

sentante do partido socialista que, não sendo uma força eleitoral, é, contudo, uma grande força moral, fazer uma declaração de principios necessaria no actual momento.

O que está acontecendo dá a impressão de que a humanidade regressa aos tempos primitivos das lutas fratricidas, mas hoje com maior selvageria, por que se habilitou a destruir muito e a matar muita gente com mais rapidez e mais arte.

O momento actual é excepcionalmente melindroso e solene para todos os povos, e nós, portugueses, não estamos excluidos de receber com as consequências da guerra alguma dose abundante de sofrimentos e de dores.

O socialista é internacionalista, portanto partidário, como toda a Internacional Operaria, da resolução dos conflitos entre as nações pelo principio da arbitragem. A resolução dos conflitos a ferro e a fogo, é uma negação de todo o progresso humano, e por isso contra tal sistema de resolver conflitos os socialistas portugueses protestam solemnemente, afirmando a sua fé em que restabelecida a paz e a normalidade o colosso trabalhador mundial ha de saber e ha de poder julgar e castigar os que de tal calamidade foram os causadores. (*Apoiados*).

Termina declarando que os socialistas portugueses, afirmando o seu sincero culto pela harmonia e a paz dos povos, e mantendo-se na sua posição de Partido de opposição franca mas sempre lial e de intuitos que poderão chamar-se patrióticos, aceita em principio as medidas excepcionais que forem indispensaveis para subtrair pela melhor forma imaginavel a sociedade portuguesa, não só a complicações diplomaticas como tambem a que sobre ela possam incidir com dureza insofrivel as consequências da calamidade que na Europa se está produzindo.

Aprova, pois, a proposta do governo. — (*Apoiados repetidos*).

— Não ha mais oradores inscritos — diz o sr. Presidente.

E a proposta de lei é aprovada por unanimidade, por entre um rumor de aplauso das galerias.

— E' comovidamente — diz o sr. Presidente do ministerio, com voz um pouco velada — que, em nome do governo, aceito o mandato que acaba de nos ser confiado para o seu desempenho, o governo procurará estar sempre em estreita comunhão com o Parlamento e com a Patria! Viva a Republica!

Este grito encontra eco em toda a parte. De pé, nas galerias, homens e senhoras aclamam Portugal, a Republica, a Inglaterra e a França. O entusiasmo é delirante. Das galerias agitam-se lenços, aplaude-se, ao passo que da sala se lhes responde com os chapéus e com igual clamor de vivas.

Quase toda a Camara vai cumprimentar o chefe do governo e os ministros da guerra, marinha e negocios estrangeiros.

O sr. Presidente suspende os trabalhos, na previsão de qualquer emenda que o Senado venha a introduzir na proposta governamental, mas, apoz a sessão daquela casa do Parlamento, como isso se não tenha dado, a sessão é reaberta para imediatamente ser encerrada.

Entre as sessões da Camara dos Deputados e do Senado, o chefe do gover-

no conferenciou com o sr. dr. Forbes Bessa, secretario geral da presidencia da Republica.

Declaração de voto

Depois da votação da proposta do governo, o sr. Antonio José d'Almeida mandou para a mesa, em nome do Partido evolucionista, uma declaração de voto identica á que o sr. Feio Terenas leu no Senado.

No Senado

Abriu a sessão ás 14,35, presidindo o sr. Braamcamp Freire, secretariado pelos srs. Bernardino Roque e Ramos Pereira e respondendo á chamada 38 srs. senadores, entre os quais o sr. dr. Magalhães Lima.

Aprovada a acta e lido o expediente, foi interrompida a sessão, até comparecer o governo.

Eram 14,50.

Reaberta ás 16,30, foi pelo sr. presidente do ministerio feita a mesma declaração já presente á camara dos deputados, sendo considerado urgente o projecto de lei na mesma camara votado e seguindo-se as declarações dos «leaders» democratico e unionista, sr. Estevão de Vasconcellos e Miranda do Valle, em perfeita harmonia com as dos respectivos chefes, naquella outra camara.

O sr. Feio Terenas, «leader» evolucionista, leu a seguinte declaração:

«Os senadores evolucionistas declaram que, embora se tenham manifestado em opposição ao ministerio, por dever patriótico e dedicação á Republica aceitam e votam a proposta de lei apresentada pelo governo, tendo em vista a gravidade da situação internacional, que de um momento para o outro pode exigir medidas energicas e prontas e por concordar com a orientação do poder executivo, que nesta conjuntura decisivamente se integrará na unica politica consentanea com a honra e com os interesses do Paiz, que é a politica de cooperação intima e lial com a nossa velha aliada, a Inglaterra. Outrosim declaram que esta sua determinação se manterá enquanto o governo não exorbitar das atribuições que lhe são conferidas na lei, que solicitou e enquanto consequentemente a sua acção patriótica possa continuar a merecer o auxilio que ante as circunstancias excepcionais do momento levado pelos altos e nobres intuitos que o anima sempre o partido evolucionista tem prestado. — Feio Terenas, Leão Azedo, Fernandes Costa, Abilio Barreto, Praz Gomes, Cerqueira Coimbra.»

O sr. Pedro Martins, em seu nome e no dos senadores independentes, que desse honroso encargo o incumbiram, dá o seu inteiro apoio e voto ao projecto de lei. E' gravissimo o que n'ele se pede, porque é a dictadura plena e absoluta, mas de maior gravidade são as circunstancias pavorosas do momento.

Jamais na historia do mundo souo hora tão tragica, e tão gigantesca catastrophe ameaçou a humanidade e a civilização, com inevitavel repercussão no nosso paiz.

Entretanto, não hesita em dizer bem alto ao Parlamento e ao Paiz que, se não ouvira ao governo a afirmação de que Portugal se manteria firme, escrupulosamente fiel á aliança inglesa, recusaria, ainda que só, o seu voto ao projecto e propugnaría a demissão immediata do governo. E' que a infidelidade á aliança com a grande e nobre Inglaterra ou qualquer attitude dubia e indecisa na hora presente, seria a traição aos interesses e futuro da Republica e da Patria.

Comnosco esteve a Inglaterra em horas para nós incertas e angustiosas, com o nosso se confundiu o seu sangue em tempos idos por a defesa do nosso solo e da nossa independência; a mesma angustia nos tem unido e o mesmo sol de victoria ha iluminado as duas bandeiras e a mesma identidade de affectos e de interesses tem prendido o nosso pequeno paiz e o grande paiz de Alem-Mancha, mas hoje a todo este clamor da tradição, se junta, continuando-o e até o sobrelevando, o supremo interesse e a grande aspiração da Patria. Ao seu destino devemos associar o nosso, a hora presente é de sacrificio, mas este é a unica e nobre garantia da nossa independência e integridade de amanhã.

Quando mesmo a neutralidade fosse possível e a pudessemos garantir, não a defenderia. Com a Inglaterra, que n'esta hora é a intrepida e nobre defensora do direito e da civilização, deve ir Portugal, na medida da colaboração possível, e de que ela careça, para o prelio gigantesco, de que é teatro a velha Europa.

Para esta obra e para honra e defeza da Patria voto o projecto de lei. Aguardo que o governo, ao qual ha combatido, mas ante o qual, n'esta hora gravissima e solene para a Patria, cabe toda a palavra d'oposição, saiba encerrar com serena coragem a situação e nunca esqueça que os poderes excepcionais que lhe são dados são para honra e defeza da Patria, e não para desvalimentos autoritarios, perseguições odiosas ou orgias de arbitrio e de violencia.

Partidos politicos e associações commerciaes, industriaes e operarias vibram no mesmo anseio patriótico e sentem e clamam que a politica é uma só. Em gravissimas e imperduraes responsabilidades incorrerá o governo se, mantendo-se, não souber, ou não quiser, ser o orgão da grande aspiração nacional e não fizer uso nobre, elevado e altamente patriótico dos poderes que lhe são dados.

Nas suas mãos, a seu pedido, são collocados os destinos da Republica e da Patria.

D'ele será, sobretudo, a gloria, se a honra, a dignidade e os interesses nacionais forem salvaguardados; d'ele a ignominia e o oprobrio se nas suas mãos o poder, dentro do paiz, se converter em instrumento do despotismo ou vassallo do capricho e ambições de quem quer que seja, e, na politica externa, Portugal não desempenhar o papel, que as circunstancias, os seus mais vitais interesses e o seu futuro lhe impõem, mais estreitamente do que nunca aliado da velha, grande e nobre Inglaterra.

O sr. José de Castro disse:

Sr. Presidente:

Mais uma vez declaro que não represento aqui partido algum. Falo em meu nome e no dos meus eleitores.

Sr. Presidente: Agora mesmo acabo de re-

ber do «Bureau da Conferencia da Paz de Stokholmo» um telegrama noticiando-me que «a situação presente tornou a conferencia impossivel depois da declaração do presidente do conselho e decide que a conferencia seja adiada, pedindo que queira avisar os membros do grupo inter-parlamentar português».

Com dois fins dou conhecimento ao Senado d'este telegrama: o primeiro, para que os illustres deputados e senadores que do telegrama tenham noticia, saibam oficialmente a razão do adiamento; o segundo, para eu ter ocasião de dizer a v. ex.^a, ao Senado e ao paiz que eu, tendo tomado parte nos congressos ou conferencias da paz e fazendo uma proposta como ha dias aqui fiz para que se enviasse ao «Bureau International de la Paix» de Berne uma mensagem fazendo votos para que a guerra, então imminente, fosse conjurada, não sou, em coisa alguma, contrario á guerra em defesa do meu paiz, da nossa Patria. Em defesa da Patria quero se façam todos os sacrificios.

Eu sigo, neste ponto, o pensamento de um escritor francez — que diz: — «que antes a guerra que a escravidão». E a escravidão virá se não soubermos defender a liberdade.

Fique, pois, assente que eu, representante de povo, sendo pacifista em principio, sou pela guerra na hipotese de o nosso paiz se ver envolvido nessa luta tremenda, ha dias iniciada, contra todos os principios do Direito Internacional.

Sr. presidente — Sinto ainda as vibrações vivas, entusiasticas, que ha momentos me emocionaram, na outra casa do Parlamento; e se é permitido sentir alegria neste momento tão extraordinario, em que a Europa estremece com os horrores da guerra, eu experimento prazer por ver que os chefes dos partidos da Republica se uniram, tão fraternalmente, em volta do altar da Patria, que não chego a distinguir por que eles se distinguem! Soberbo!

Congratulo-me com esses partidos e com a Patria! E' uma bela lição de civismo que os partidos acabam de dar ao paiz.

Sr. presidente: — Permite-me v. ex.^a que eu diga que ignorava por completo qual era o pensamento do governo. Recejava embora sem fundamento que o governo quizesse seguir uma politica externa, envolta nos misterios da diplomacia tenebrosa e estava

resolvido a inquirir a razão dessa politica, e a protestar contra ella; vi, porém, com enorme satisfação que o governo em frente duma situação grave, mas clara seguiu também um caminho claro.

Colocou-se ao lado da nossa aliada de seculos e uniu aos destinos dessa nobre nação os nossos destinos. Só tenho que saudar o governo. E declaro que não só voto o projecto na generalidade e especialidade mas ponho-me á disposição do governo absolutamente.

O projecto apresentado ao senado pôde em certo modo dividir-se em duas partes: uma respeitá á honra e integridade da Patria e outra á garantia devida ás classes pobres.

Sr. presidente:—Acompanho assim os che-

fes dos partidos que se manifestaram nesta casa e na camara dos deputados, dizendo ao sr. presidente de ministros e ao governo que conto absolutamente na sua dedicação, no seu patriotismo e ainda na sua energia.

Nesse projecto de lei que em breve vai ser lei, está a defeza dos nossos mais caros interesses, a nossa honra; a vida da Republica e a nossa independencia nacional.

Sr. Presidente—Não quero terminar sem dizer que nós, seguindo a nossa velha aliada defendemos o Direito e a Justiça e mais colocamo-nos ao lado da França, nossa mãe espirital e fonte de todas as idéas de Liberdade e Fraternidade que iluminam a nossa legislação e da Europa liberal.

Termino levantando vivas á Justiça, ao Direito, á Inglaterra, á França, á Patria e á Republica Portuguesa!

Disse.

Em seguida foi aprovado o projecto de lei, cuja ultima redacção foi dispensada por indicação do sr. presidente.

Finalmente o sr. presidente do ministerio congratulou-se pela harmonia evidenciada em todos os campos; e, como na outra camara, ergueu um «viva á Republica», correspondido entusiasticamente na sala e nas galerias, terminando a sessão ás 17,5.

A' sessão da Camara dos Deputados assistiram 114 membros da mesma camara, e á do Senado 66 senadores.

Elles responderam á primeira pergunta da 79, e destes 38, entrando os dias no decorrer dos trabalhos.

A' saída do Parlamento Manifestações populares

Quando terminou a sessão no Parlamento, o largo das Côrtes estava coadunado de povo, ostentando algumas pessoas as bandeiras portuguesa, inglesa e francesa.

Os primeiros politicos a sair do parlamento foram os srs. dr. Antonio José de Almeida, Vasconcellos e Sá e Julio Martins, a quem o povo delirantemente aclamou com vivas e palmas.

Após estes, saiu o presidente da Camara, sr. Victor Hugo de Azevedo Coutinho que igualmente foi alvo de grande ovação.

Sai finalmente o presidente do ministerio. O publico então, reconhecendo o sr. dr. Bernardino Machado que ia a entrar para o automovel cerca o carro, e ergue-lhe repetidos e entusiasticos vivas que se prolongaram por bastante tempo, sendo com dificuldade que o automovel se poz em marcha.

Seguidamente saíram os srs. ministros da guerra, dos negocios estrangeiros, da marinha e das colonias, que também foram muito vitoriosos.

O sr. dr. Affonso Costa sai acompanhado dos srs. drs. Antonio Macieira e Barbosa de Magalhães, e apoz estes os srs. dr. Brito Camacho, acompanhado dos srs. Emidio Mendes, José Montez e Moura Pinto. Foram todos aclamadissimos.

Depois organizou-se um grandioso cortejo, seguindo á frente desfraldadas as bandeiras das nações amigas e aliadas, cantando a multidão a «Marselheza» e «A Portuguesa».

O cortejo seguiu pela Avenida das Côrtes, calçada do Marquez de Abrantes, em direcção á legação de França.

Junto da legação o povo cantou a «Marselheza», levantou vivas á França, á Patria, á Republica, á Inglaterra e á Russia.

Nesta altura chegou á janela o encarrégado dos negocios da França, que

foi alvo de uma grande e prolongada manifestação, com vivas, e palmas, que redobram de entusiasmo quando aquele diplomata abraçou as bandeiras inglesa, francesa e portuguesa.

Em seguida o secretario levantou um viva a Portugal que foi correspondido por todos os assistentes.

Dali seguiram para a legação inglesa, cantando a «Portuguesa», e levantando vivas ao exercito e á marinha.

Junto da legação inglesa o povo canta o hino inglês e levantou entusiasticos vivas á Inglaterra.

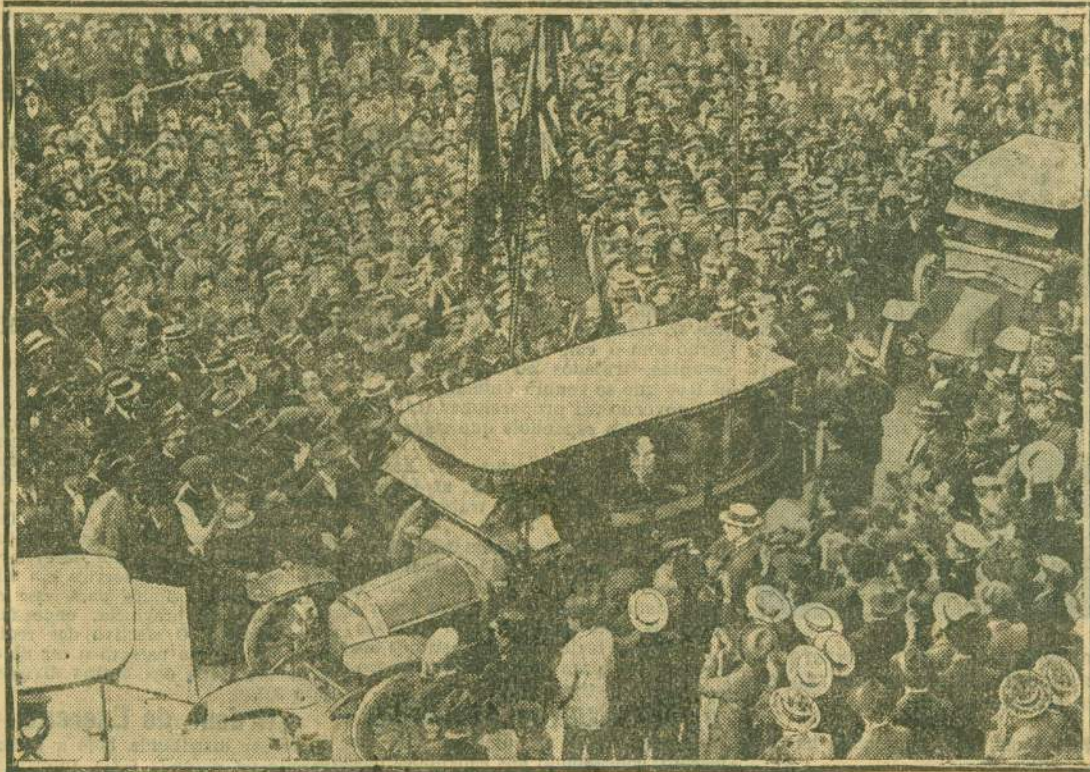
Depois appareceu o secretario do ministro acompanhado do sr. Marinha de Campos, que foi alvo de uma grande ovação.

O sr. Marinha de Campos agradeceu em nome do secretario, dizendo que o sr. ministro não vinha agradecer ao povo a grandiosa manifestação, por estar a conferenciar com o sr. ministro dos estrangeiros.

O secretario abraçou as bandeiras agitando a nossa o que produziu grande entusiasmo.

O povo cantou novamente o hino inglês retirando-se depois:

Pelas 19 horas, também foi feita uma grande manifestação em frente do quartel de marinheiros.



O automovel que conduzia o sr. dr. Bernardino Machado cercado pelo povo que aclamava o chefe do governo ao findarem as sessões do Congresso

As galerias da Camara dos Deputados secundaram o "Viva a Republica" do Presidente do Governo, com grande enthusiasmo. Os deputados, todos aquelles com quem troquei impressões, estavam convencidos de que em face desta sessão do Congresso, a Alemanha nos ia de clara a quem.

Como soubera que no Arsenal do Exercito e no Estado-Maior do Exercito nada se estava fazendo que não fosse o trivial, fui com que Sa' Cardoso procurasse ali mesmo Affonso Costa e o presente ao corrente deste facto, pois eu necessarios collocar-nos o melhor possivel para a hypothese de nos serem perdidas por a Inglaterra. O Affonso falou ao Ministro da Guerra, e das suas palavras deprehenderam alguns que se esperava firmar, dentro de poucos dias, um tratado de alliance com a France.

As chegar á Praia, vi com espanto, alguns officiaes do Arsenal, passeando em busca de novidades, e perguntando a um d'elles, o ~~capita~~ major Melchiorades que ordem extraordinaria havia no Arsenal, respondeu-me que nenhuma, e que este estabelecimento continuava a abri e a fechar ás horas do costume!

Houve á tarde e á noite varias manifestações junto das legações ingleza e franceza.

9 de Agosto

Determinações militares

Por ordem do governador civil de Lisboa foram hontem afixados dois editaes, dimanados do ministerio da guerra. No primeiro avisam-se as autoridades e os interessados, que fica suspensa até nova ordem a apresentação dos militares e praças licenciadas das classes de 1922 e 1923, pertencentes ao regimento de sapadores mineiros, batalhão de telegrafistas de campanha, batalhão de pontoneiros, antiga companhia de telegrafia sem fios e 1.º grupo de companhias de saúde e também os officiaes milicianos e praças licenciadas das classes de 1922, 1923 e 1927 do 1.º grupo de companhias da administração militar e companhia de sapadores dos caminhos de ferro.

No segundo edital diz-se que, havendo conveniencia de convocar mais cedo os licenciados dos dois batalhões de artilharia da costa e da companhia de especialistas, unidades estas que fazem parte da guarnição do campo entrenchado de Lisboa, as dotas da apresentação das tres classes de licenciados d'aqueles dois batalhões e companhia foram assim alteradas: Classe de 1924 (recrutas de 1914) data da apresentação: 15 de agosto; classe de 1923 (recrutas de 1913), 30 de agosto; classe de 1922 (recrutas de 1912) 14 de setembro.

Manifestação

Esta é nova. Estas não são aplicados editaes do governador civil (!) mandando ficar sem effecto ~~disposições~~ as escolas de repetição!

10 de Agosto

Hontem appareceu no placard do beculo uma recommendação do Governo deitando aque pisa nos insupezções populares. "O Governo, entendendo que as manifestações feitas já haviam definido suficientemente o sentimento da nação, esperava que ellas não continuassem, por serem desnecessarias, demonstrando o povo deste modo, a sua inteira confiança no accao do Governo da Republica." O Arsenal continua sem obras relativas á preparação para a guerra.

Eu e o Sr. Cardoso fomos á redacção do "Mundo" e ali conversámos com Luis Dinout, primeiro, e depois com Urbano Rodrigues. Fize-mos. Ueber quanto estava sendo notado que depois da declaração ministerial de 7, nada se estivesse fazendo no sentido de honrar os nossos compromissos. Tinha-mos ido ao jornal com a ideia de saber novidades, e sabiamos de lá peor do que tinha-mos entendido.

A ALIANÇA INGLEZA

Não podia ter sido maior nem mais significativa a demonstração dada pelo povo portuguez da sua simpatia pela nação ingleza e da sua completa adesão á aliança entre os dois paizes. O ministro da Inglaterra em Lisboa deve ter tido bem a impressão de quanto a nação que representa é considerada e respeitada por nós e como ha alguma coisa mais a cimentar os tratados feitos entre os governos portuguez e britânico do que o simples compromisso das entidades officiaes.

Durante muitos anos, e tendo começado essa politica logo após 1890, a monarchia procurou insinuar junto dos successivos gabinetes de Londres que era ella quem mantinha, contra a vontade do povo portuguez, a aliança com a Inglaterra. Segundo os ministros monarchicos que desde então dirigiram a nossa politica internacional, á Inglaterra era indispensavel, se queria manter a aliança connosco, a permanencia e segurança do trono. E tão instantaneamente isto era proclamado, que se chegou até ás ignobis propostas de intervenção estrangeira para a manutenção da realza em Portugal, quando algum dia a revolução a ameaçasse.

No emtanto, a verdade não era essa. O povo portuguez, e em parte por influencia mesmo da propaganda de certos republicanos, soube compreender os factos e as razões de ordem politica que justificavam a nossa aproximação dos Inglezes. E desde a proclamação da Republica, quando mais identificado se via com as instituições e poude acompanhar de perto todas as fases da nossa vida politica, o povo portuguez reparou nas continuas provas de lealdade que por parte da Inglaterra nos foram dadas.

Tanto bastou para que a aliança ingleza fosse reconhecida não já só pelos governos mas por todo o paiz. A actual guerra europea não foi mais do que o pretexto, que toda a nação aproveitou, para testemunhar, com uma unanimidade extraordinaria, a sua sincera adesão a essa aliança, que não é já hoje apenas a de duas familias reinantes, mas de dois paizes que se estimam.

* * *

É esta, afinal, a verdadeira aliança, aquella que pode tornar-se verdadeiramente util. Quando assim não é, bem podem os governos fazer tratados secretos, comprometer a sua palavra para futuros auxilios em caso de rompimento de hostilidades com outras nações, que tudo isso não passa d'uma bela fantasia para o tempo de paz.

Assim succedeu, estamol-o vendo, com a Italia na Triplice Aliança. Os tratados que ligaram a Italia tinham sido obra apenas das chancelarias e nunca representaram a genuina expressão da opinião publica italiana.

Ora, como se dá o facto de serem os governos que estão subordinados aos povos e não os povos aos governos, de as resoluções das supremas autoridades d'uma nação só serem de facto acatadas quando ellas concordem com o espirito geral d'essa nação, succede que todos os tratados que não tenham o apoio dos povos a que dizem respeito estão condenados a permanecerem letras mortas nos arquivos dos respectivos ministerios dos negocios estrangeiros.

E assim a Italia, n'uma quasi unanimidade esmagadora, repudia os compromissos tomados pelos seus governos, como não representando a vontade da nação e tendo sido tomados sem o seu expresso consentimento. Se um governo italiano n'este momento tivesse a louca pretensão de invocar esses tratados de aliança para auxiliar a Alemanha e a Austria provocaria nada menos de que a revolução em toda a Italia.

Este exemplo demonstra bem claramente como a todas as alianças é pre-

ciso, acima de tudo, um forte apoio da opinião publica. E é exactamente isso o que a aliança ingleza tem incontestavelmente garantido em todo o nosso paiz.

* * *

As ultimas manifestações populares que se realizaram tiveram pois essa eloquente significação. Foram bem a demonstração de como o povo portuguez de alma e coração se acha identificado com a politica internacional da Inglaterra e de quanto aprecia e admira essa grande e gloriosa nação.

Mas, exactamente para que essa imponente afirmação de confraternisação com a Inglaterra e de apoio á politica que n'este momento está realizando conserve bem essa significação e se não perca no meio de repetidas agitações populares, é que seria util que não fosse abafada por novas manifes-

tações, que depois d'aquella não fazem já sentido. Ha um governo a quem foram amplamente confiados os destinos do paiz e que n'este momento se encontra, como o paiz, identificado no mesmo sentimento. Que esse governo proceda segundo o seu criterio e segundo os interesses da Republica. Mas que de modo nenhum elle seja perturbado na sua obra por qualquer manifestação das ruas, que pode n'um dado

momento tornar-se não só inutil mas inconveniente.

É preciso, acima de tudo, que n'este momento uma das nossas virtudes seja a de sabermos manter uma grande serenidade e esperarmos os acontecimentos com aquella convicção de que, quando eles surgirem, por mais graves que sejam, os sabermos encarar sem receio, como o temos feito em tantos lances heroicos de que reza a historia.

O NOSSO DEVER

A orientação tomada pelo governo da Republica, em face da situação internacional foi a mais inteligente, a mais digna, a que mais agradou ao sentimento publico, e, sem duvida, a que mais convinha aos interesses do país, mas caracteriza-se principalmente por esta nota: foi a que nos impunha o nosso dever. Não é indifferente para um povo seguir por caminho direito, cheio de toda a sua força moral, ou marchar por encruzilhadas, ocupando posições por meio de ardis, de surpresas desleais ou acasos felizes. A Republica Portuguesa impôs-se desde a primeira hora pelo prestigio moral de que se cercou, pela pureza das ideias que a inspiraram e pela honestidade dos processos por que se dirigiu. A Inglaterra, liberal e generosa, que já fizera justiça aos intuitos do Partido Republicano, recebendo os seus representantes e seguindo com interesse a sua campanha patriotica, estendeu a mão á joven Republica nascida em 5 de outubro de 1910, mostrando ás outras nações como respeitava o principio de que os povos se devem dirigir pela sua vontade. A aliança entre os dois países, sem necessida-

de de novos tratados, ficou assim cimentada na amizade e no respeito mutuo dos dois povos. Durante os annos de Republica, já decorridos, a simpatia da Inglaterra acompanhou-nos e amparou-nos em todos os transeus, mais ou menos dificeis, da nossa vida externa, com maior satisfação e menor esforço á medida que, pela nossa honrada administração, nos iam impondo cada vez mais ao respeito da Europa. Estando ao seu lado neste momento com o nosso coração e com todas as nossas energias, estamos, pois, onde devemos estar, cumprindo o nosso dever.

* * *

Mas, se acompanhamos a Inglaterra e desejamos tomar uma parte activa nos combates que ella tenha de sustentar, não somos, por isso, obrigados, como supõem muitos insensatos ou ignorantes, a hostilizar nações com as quais temos tido relações amigaveis. A nossa attitude é perfeitamente clara e a nossa intervenção no conflicto, se houvermos de tê-la, será facilmente explicavel. Entraremos na luta nas mesmas condições em que a Inglaterra o fez: para cumprir os deveres de lealdade e de apoio aos seus amigos. Não temos agravos de qualquer natureza da Austria ou da Alemanha, como a propria Inglaterra os não tem. Temos recebido sempre destes países provas de deferencia e temos correspondido com outras tantas.

Foi com verdadeira satisfação que atendemos aos desejos delicadamente manifestados pelo imperador da Austria no sentido de João de Almeida ser dos primeiros presos politicos que aproveitassem da clemencia da Republica. Com a Alemanha as nossas relações diplomaticas estreitaram-se bastante, principalmente depois da vinda para Lisboa do actual ministro, o dr. F. Rosen, homem dotado de um espirito muito culto e de um caracter primoroso, que tem seguido com evidente interesse a nossa obra de renovação e de progresso. Não. Os deveres da nossa aliança, que lealmente desejamos cumprir, não nos obrigam, de modo algum, a transformar em inimizadas, excellentes relações de cortezia. Mesmo que as contingencias de dias futuros nos levassem a interrompê-las, ou esfriá-las, deviamos ainda ter esperança de que, quando a tranquillidade viesse pairar de novo sobre a Europa, ellas retomassem o seu belo curso.

* * *

O que é necessario, neste momento, é não haver precipitações nem exageros. O governo, que aceitou patrioticamente o encargo de dirigir os destinos da Patria, está identificado com o sentimento publico e procederá, certamente, de modo que dos terão de lhe dar o seu ar'

(Segue)

Hoje apparecem no "Seculo" ^{em artigo} "A alliança nigrera" e no "Mundo" outro "O nosso dever" que parecem bem as respostas ás considerações que Montem faziamos na redacção deste ultimo jornal.

Não se percebe. Deus é bom, mas o diabo tambem não é mau. O ministro allemão continua em Lisboa, o ministro portuguez continua em Berlim. No Tejo estão muitos navios allemaes, com as tripulações reduidas por terem desembarcado os tripulantes que eram paes do ex.º allemão. A Legação franceza enuoa peis jornaes os reservistas francezes das classes 1887 e 1910. ^{Um} A esquadra inglesa cruza nos mares de Portugal.

14 de Agosto

Hoitem, a Capital trouxe uma entrevista do Sr. Cardoso que vai no verso desta folha. Este jornal dá em artigo de fundo que a situação de Portugal está definida, que esse situação é tão clara, tão categorica que só de ouvir pronunciar indevidamente a palavra neutralidade, a opinião publica se sobressalte e se indigna. Que Portugal está não em uma situação de neutralidade, mas de franco e declarado apoio á Hyphatone. Que o governo não emprega a palavra neutralidade nos seus actos officiaes. etc.

Diz-se que as instrucções dadas á marinha, ás colonias e ás Camps em trincheirado são de neutralidade !!

A Capital é orgão do Governo. Que tráfalhada!

Deixemos-lhe toda a liberdade para regular, como lhe parecer mais conveniente, a nossa orientação. Muitos actos, que á primeira vista podem não se explicar ou parecer estranhos, teem a sua justificação. O que não é possível é todos estarem na posse dos mais pequenos detalhes da nossa politica diplomatica. O patriotismo, referendo em todos os corações, causa impaciencias e sobresaltos. E' preciso acalmar essas impaciencias e esses sobresaltos dando ao sentimento patriótico a expressão de uma serenidade admiravel, semelhante á que se observa na Espanha. O governo vigia pelos interesses da Patria e saberá acautelá-los. Quando forem necessarios o esforço e o sacrificio de todos, o apêlo será feito. Por enquanto, calma, sangue-frio, que é assim que se manifestam os fortes!

Se fosse necessario Portugal mobilisaria 40:000 homens promptos a entrar em campanha

E' bem possivel que á força de se dizer que a nossa preparação militar pouco ou nada valia, haja quem julgue que Portugal se encontra na impossibilidade de mobilisar forças numerosas, de maneira a poderem entrar immediatamente em campanha. E' um equívoco, como tantos outros em que por ahí se vive e que não será de todo mau destazer. Tem, para isso, a palavra o deputado sr. Sá Cardoso, que pela sua situação especial e pelo profundo conhecimento que possui das coisas militares, está em condições de poder repôr as coisas no seu verdadeiro pé, sem exaggeros optimistas, improprios da sua honestidade, nem pessimismos que não se compadeceriam com as afirmações de patriotismo que elle, por tantas vezes, e em occasiões difficeis, tem feito. Ouçamol-o:

—Primeiro — principia o sr. Sá Cardoso—deixe-me dar-lhe uma explicação e ao publico. Tenho sido dos mais ferrenhos apóstolos da reorganisação da defesa nacional. Na minha campanha, por mais d'uma vez affirmei que não tinhamos coisa nenhuma, que estavamos desprovidos quasi de tudo quanto um paiz precisa para se defender. Outros disseram tanto ou mais do que eu. E essas afirmações estavam no animo de todos, feriram a attenção dos patriotas, chegando a formar-se uma corrente formidavel em favor da immediata reorganisação do exercito e da marinha, para que este Paiz não continuasse á mercê do primeiro que se

lembrasse de o atacar. Como se entende, então, que eu vá agora dizer que temos muito, que ha por cá o necessario para que se mobilise um exercito decidido a combater?

«E' facil. E' que quando por ahí se affirmava que não tinhamos armas, nem equipamentos, nem artilharia, o que se queria era acentuar que não havia possibilidade de pôr em pé de guerra os 180.000 ou 200.000 ho-

mens que constituem, n'este momento, o nosso exercito ativo. Mais nada. Mas para duas divisões, pelo menos, ha e de sobra. Podemos, sem contestação, mobilisar em poucos dias um corpo de exercito de 35.000 a 40.000 homens, com 25.000 de infantaria e 12 baterias de artilharia com 72 peças Schneider-Canet, eguaes ás que o exercito francez usa e estão por lá obrando prodigios. Dir-se-ha, porém, que se tivéssemos de enviar essa tropa para fóra do paiz ficaríamos desarmados e desprovidos de tudo. Não é bem assim; mas que fosse, pode-se lá admittir que outra nação nos atacasse, sabendo-nos a combater ao lado de outras potencias? Pois não seria isso fazer guerra, não a nós mas aos paizes com quem andassemos de parceria, batalhando por essa Europa além? Creio que ninguem medianamente ajuizado podera conceder visos de viabilidade a uma hypothese ou a um temor d'essa natureza.

«Devo dizer, com toda a responsabilidade do meu nome que sou todo partidario de uma acção prompta e decisiva. As duas divisões, com 40.000 homens, devidamente armados, equipados e municados—porque para tudo isso ha, deixe-me repetil-o—que entrassem na lucta actual, conquistariam, para a Republica Portuguesa, o prestigio internacional de que se torna necessario cereal-a. Mostrariam que os portuguezes de hoje ainda são eguaes em coragem, em heroismo, em espirito de dedicação e de sacrificio aos portuguezes de outr'ora, que tantas façanhas immortaes praticaram por toda a parte. Devo acentuar que não influe em mim de modo algum o espirito militarista. Simplesmente viso os altos interesses da Nação n'este momento historico, talvez unico, e esses interesses gritam-nos bem alto a imperiosa necessidade de valorisarmos de uma forma inequivoca a nossa alliança com a Inglaterra, uma intensa união do espirito e do proprio sangue.

«Depois, na hora final, quando se tratasse da paz, elles seriam ainda o supremo argumento a impôr os nossos direitos e obrigar os outros a fazerem-nos justiça. Porque a Alemanha, apesar de vencida, pode ficar em circumstancias de fazer exigencias, e se algum golpe ella planear contra nós, como havemos de resistir-lhe, o que poderá a Inglaterra, nossa allia-da, fazer em nosso favor?

«E', pois, necessario, indispensavel mesmo, que o Paiz fique sabendo que não está de todo desprovido pelo que respeita á sua defeza militar. Para que no concerto das nações, n'esta hora grave, entre como um valor

apreciavel, possui Portugal ainda bastante. Isto é que deve dizer-se bem alto, sem receio de contradicta, como se deve repetir a cada passo que luctar é viver e que a lucta é precisa aos povos, como a cada um de nós o alimento que ingerimos».

E' isto o que o sr. Sá Cardoso pensa e diz da nossa preparação para a guerra. As suas palavras, n'este momento, teem uma importancia que é inutil encarecer. E como n'ellas ha o bastante para animar aquelles que um desalento injustificado invadira, eis porque este jornal as archiva com o mais justificado jubilo.

7

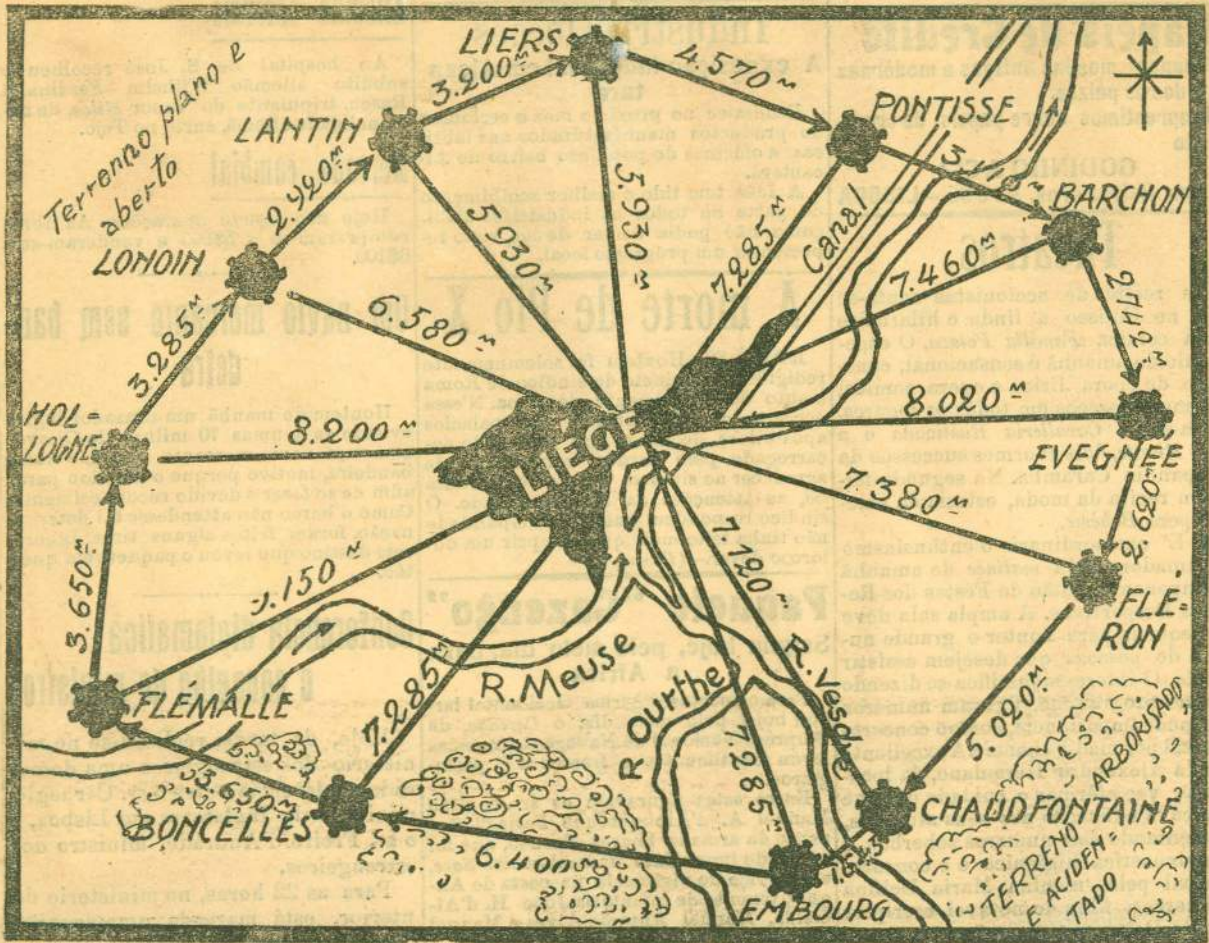
Esta entrevista do Sr. Cardoso na Capital não agradau, e com razão. Eu ao lê-la, não gostei também, mas... começava já a chamar-se covarde a quem poseu objecções na ida para a guerra. Alguns amigos meus, dos melhores assim o entendiam.

O que é certo é que a attitude do Governo é dubia. Pretendo que realmente, a nossa situação militar não é tal que seja de bom senso desejar ir para a guerra, mas o que devemos e preparar - nos o mais possível e o melhor possível para que no momento da hesitação nos pedir o nosso auxilio em tropas, não ~~possamos~~ possamos dar-lhe mais do que podiamos em 7 de Agosto. É isso que não se vê nem consta, havendo portanto uma completa contradição entre o que se disse no Parlamento em 7 de Agosto, (pelo menos entre o que entender) e o que se está fazendo. É isto o que não me cumpre de dizer, para ver se alguma alma bem formada o faz chegar ao Olympo.

17 de Agosto

Chamam-me "do partido da guerra", a mim e aos que estão admirados com a attitude do governo

Liège e os fortes que a cercam



27 de Agosto

Neebi, como commandante do Grupo a cavallo, ordem da Brigada de Cavalharia para preparar a mobilização de um grupo de 2 batallhões e uma secção de munições. Este ordem é a consequência das ordens que em 19 deste mes saíam do Ministerio da Guerra por o Ltado-Main do Ex.^o, ordens que foram redigidas por um official do gabinete do Ministro, o capitão do B.M. Carlos M. Pereira dos Santos, official sério, correcto e distincto que fizera parte do meu gabinete quando fui Ministro.

O Chefe do Ltado-Main do Exército, general Martins de Carvalho era avesso á nossa preferença por a guerra actual. Conta que no Lt. Main, as suas conversações eram todas emtraias á nossa intervenção e favoráveis ainda que incapotadamente as allianças. O mes no Lt. Main os nos ~~id~~, com effecto, muito sympathicos á Republica. Predominava ali o conservador ferebento. Quando se referem á minha pessoa, chamam-me o "Sen. Paets". O Ministro actual diz que, por varios modos tem dito ao General Martins de Carvalho o que é necessario fazer, e que, portanto nada ha que ordenar vagativamente. A certo era, porem, que nada se fazia ali, tendo por objecto a guerra actual. O chefe